



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
Secretaria de Administração
Coordenadoria de Licitações e Contratos
Seção de Operação de Sistemas de Contratação
SOSCON

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 058/2023
PAD Nº 14933/2023

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede em Curitiba - PR, na Rua João Parolin, 224, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Dra. Daniele Cristine Forneck Franzini, pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e legislações pertinentes, contrata a empresa **MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA (JML)**, inscrita no CNPJ nº 07.777.721/0001-51, com sede na cidade de Pinhais - PR, Rua Mandaguaçu, nº 534 - SLJ, Emiliano Perneta, CEP 83.324-430, telefone (41) 3595-9999, WhatsApp (41) 99622-6851, e-mail maria.oliveira@jmlgrupo.com.br, para capacitação de uma servidora no “4º Seminário Nacional – Gestão Por Competência e Avaliação de Desempenho com Foco em Sistema “S”, Estatais e Administração Pública”, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021, **inexigibilidade de licitação**.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

...

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

...

f - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Observa-se, deste modo, a inexigibilidade de licitação, pois a contratação fundamenta-se na prestação de serviço técnico e de notória especialização, dos profissionais que ministrarão o seminário, comprovada através das informações prestadas a seguir:

Currículo do Palestrante Dilmar Teixeira Machado

Servidor do Tribunal de Contas da União onde exerceu por vários anos as atividades de chefe do Serviço de acompanhamento de licitações e contratações do TCU. Atuou Segedoc (Serviço de Gestão de Documentos). Atua no serviço de Apoio à Gestão Contratual na Sede do TCU. Graduado em Processamento de Dados, Ciências Contábeis e Direito. Especialização em Orçamento Público pelo Instituto Serzedello Corrêa – TCU e Pós-graduado em Direito Público: Constitucional, Administrativo e Tributário e em Direito Civil e Processual Civil de Acordo com o Novo CPC. Integrante do banco de facilitadores do Instituto Serzedello Corrêa – TCU, da Escola Nacional de Administração Pública - Enap e de outras empresas privadas, onde ministra cursos sobre licitação e fiscalização de contratos, competências pessoais, liderança e gestão. Master

Trainer formado pela Academia do Trainer. Idealizador do portal www.licitacaoeficiente.com.br | Autor dos livros: 1) Instrumento de Medição de Resultado – IMR e outras formas de pagamento por resultado nos contratos administrativos eficientes; 2) Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Projeto Básico: canivete suíço - funcional e poucas pessoas sabem utilizar; 3) Planilha de Custos e Formação de Preços nas Contratações de Serviços Terceirizados – Bicho de 6 cabeças?

Currículo do Palestrante Reinaldo Rodrigues de Paiva

Psicólogo e Psicoterapeuta formado respectivamente pela Universidade São Marcos - SP e Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo - CRP 08/ 11862. Pós-graduado em PNL pelo IBEHE – SP, Terapia Cognitivo comportamental pelo Instituto Paranaense de Terapias Cognitivas (IPTC) e MBA em Gestão Empresarial pela UNICESUMAR. Consultor de empresas formado pela Adigo Consultores (entidade ligada ao NPI - Holanda). Especialista em Coaching, Neurocoaching e Analista Comportamental – DISC - formado pelo Instituto Brasileiro de Coaching (IBC), associado ao Global Coaching Community. Especialista em Psicologia Positiva e Intervenções com Forças de Caráter pela Associação de Psicologia Positiva da América Latina (APPAL). Embaixador no Brasil do método C.L.A.S.S.E. de desenvolvimento da Inteligência Relacional (Instituto Ana Artigas).

Currículo do Palestrante Wesley Vaz

Wesley Vaz Possui certificado executivo em estratégia e inovação pelo MIT, é mestre em Ciência da Computação pela Unicamp e MBA em gestão empresarial pela UCG. Atualmente, ocupa o cargo de Secretário de Gestão de Informações para o Controle Externo do TCU. Fundador do blog República Digital, é entusiasta da transformação digital das instituições, das pessoas e da gestão da inovação em ambientes governamentais. Conferencista em eventos nacionais e internacionais, é autor do livro “A descomplicada contratação de TI na Administração Pública”. Também publica artigos em periódicos e revistas técnicas. Vaz foi ainda Coordenador-Geral do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro do Ministério da Justiça.

Currículo do Palestrante Luiz Claudio de Azevedo Chaves

Servidor Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) há mais de 30 anos. Especialista em Direito Administrativo; Graduado em Direito e Administração. Professor Convidado da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), além de diversas instituições de ensino e escolas de governo, dentre as quais destacam-se: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola de Administração Judiciária (ESAJ/TJRJ), Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR/IBAM). Autor das obras: “Licitações e Contratos da Administração Pública-Legislação Básica Reunida” (Expressão Gráfica, 2009); “Curso Prático de Licitações, os segredos da Lei 8.666/93” (Lumen Juris, 2011); “Diálogos de Gestão – Novos ângulos, Várias Perspectivas” (JML, 2013); “Licitação Pública, Compra e Venda governamental Para Leigos” (Alta Books, 2016); “A Atividade de Planejamento e Análise de Mercado nas Contratações Governamentais” (JML, 2018). É articulista em diversos periódicos.

O valor total desta contratação é de **R\$ 4.947,60** (quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos) estando inclusos todos os tributos, encargos sociais, ônus trabalhistas e previdenciários, ou outros de quaisquer naturezas para a prestação do serviço.

A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0041 – Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral, Elemento de Despesa 33.90.39.48.

O código para lançamento no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG é: 21172 – treinamento qualificação profissional; unidade de fornecimento: unidade.

Curitiba, 18 de outubro de 2023.

Anna Carolina Bignardi de Soares Brisola
Técnica Judiciária

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Chefe da Seção de Operação de Sistemas de Contratação
SOSCON

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Participação de 01 (uma) servidora no “4º Seminário Nacional – Gestão Por Competência e Avaliação de Desempenho com Foco em Sistema ”S”, Estatais e Administração Pública”.

2. OBJETIVO DO CURSO

Oferecer aos participantes ferramentas e práticas para um desenho assertivo em gestão de competência.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1. Sistema Estratégico e Integrado de Gestão de Pessoas com Base em Competências.

3.1.1. O que é gestão por competências?

3.1.2. Processo de avaliação de pessoas com foco em competências; Atração e retenção de pessoas em um ambiente de grande competição por profissionais especializados; Processo de avaliação de desempenho no aperfeiçoamento da gestão de pessoas;

3.1.3. Identificação das competências organizacionais, mapeamento de competências dos servidores e a criação de bancos de talentos.

3.2. Sistema de Avaliação de Pessoas.

3.2.1. Avaliação de Desenvolvimento; Avaliação de Performance; Avaliação de Comportamento; Avaliação de Potencial;

3.2.2. Recrutamento, seleção e alocação;

3.2.3. Carreiras, cargos e remuneração;

3.2.4. Desenvolvimento e treinamento.

3.3. Avaliação de Desempenho como Ferramenta para Gestão de Pessoas:

3.3.1. A construção de um novo modelo de Gestão Estratégica de Pessoas;

3.3.2. Gestão por competências e os subsistemas de gestão de recursos humanos.

3.4. TCU em Matéria de Gestão por Competência e Avaliação de Desempenho.

3.5. O Ciclo Pragmático na Gestão de Pessoas:

3.5.1. Contratar metas e objetivos;

3.5.2. Monitorar o trabalho e acompanhar resultados;

3.5.3. Dar retornos e promover desenvolvimento.

3.6. Pedidos Assertivos de Trabalho:

3.6.1. Uma referência: 5W2H;

3.6.2. O modelo das quatro informações.

3.7. Contratando Metas e Objetivos de Trabalho:

3.7.1. Definindo e formulando objetivos;

3.7.2. O método SMART;

3.7.3. Validando metas e objetivos.

3.8. Retornos sobre o Trabalho e os Resultados e Fomentar Desenvolvimento:

- 3.8.1.** Feedback e Feedforward;
- 3.8.2.** 1 Modelo FEED para Feedback efetivo;
- 3.8.3.** Os tipos de Feedback;
- 3.8.4.** Um script útil;
- 3.8.5.** Prática de feedbacks;
- 3.8.6.** Feedforward e o futuro;
- 3.8.7.** Desenvolvendo competências;
- 3.8.8.** Montando PDI's efetivos.

4. LOCAL E DATA

O curso será realizado na modalidade presencial nos dias 19 e 20 de outubro, das 08:30 às 12:30 e das 14:00 às 18:00 horas, no Bourbon Curitiba Hotel & Suítes, Rua Cândido Lopes, 102 – Centro, Curitiba-PR, e online (masterclass), nos dias 07, 09, 14 e 21/11, das 09h às 11h. Totalizando uma carga horária de 24 (vinte e quatro) horas/aula.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá:

- 5.1.** Manifestar o aceite da Nota de Empenho no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados do comunicado feito pelo TRE. Não ocorrendo o aceite da Nota de Empenho no prazo determinado, a contratada estará sujeita às penalidades cabíveis.
- 5.2.** Considerando a Resolução nº 879/2021, art. 13, § 2º, a empresa deverá atender às necessidades específicas a seguir:
 - 5.2.1.** Envio de Certificado;
 - 5.2.2.** Lista de presença diária dos alunos;
 - 5.2.3.** Avaliação de Reação.
- 5.3.** Estão inclusos no valor contratado o material didático, o acesso às gravações das Masterclass, fórum de debate e interação com os professores por 30 dias, além de 04 coffees-breaks e 02 almoços.

6. PROTEÇÃO DE DADOS

- 6.1.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 6.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, caracteriza falta grave e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

6.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução desta contratação com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, o acompanhamento desta contratação se dará pelo gestor e, na sua ausência, impedimentos ou afastamentos, pelo substituto oficialmente designado.

7.2. Caberá ao gestor:

- a) Acompanhar a contratação de acordo com as cláusulas deste termo, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- b) Comunicar à contratada, via e-mail, carta ou ofício, os problemas relacionados à execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los ou para correções dos defeitos ou irregularidades encontradas;
- c) A persistirem as irregularidades, abrir processo administrativo, na modalidade eletrônica (PAD), instruí-lo devidamente, com todas as informações pertinentes, em formulário específico, anexando cópia do e-mail enviado para o fornecedor, referente à intenção de abertura de processo administrativo e com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada, e encaminhá-lo para apreciação superior;
- d) Receber e atestar o documento fiscal referente à execução do objeto, encaminhando-o ao setor responsável, para pagamento.

7.3. Se houver desacordo nas especificações do objeto, contidas nesse termo, não ocorrerá o atestado do documento fiscal.

8. PAGAMENTO

8.1. O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao responsável pela fiscalização da contratação do TRE-PR por e-mail, em formato “.pdf”, ou poderá ser apresentado na forma física.

8.2. O documento fiscal deverá ser emitido pela contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do aceite do objeto deste termo e deverá conter o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria contratada.

8.3. Outras especificações necessárias ao documento fiscal, as quais são requisitos indispensáveis para que possa ser atestado e encaminhado para pagamento:

- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão do documento fiscal;
- Descritivo dos valores unitário e total.

- 8.4.** Caso a empresa contratada seja optante do SIMPLES, deverá a NF estar acompanhada de Declaração, conforme anexo IV da IN 1234/12 da SRF, nos termos do Inciso XI do artigo 6º.
- 8.5.** O atesto do documento fiscal deverá ser feito até 05 (cinco) dias úteis, após comprovação do cumprimento de todas as exigências desta contratação.
- 8.6.** O documento fiscal, acompanhado das certidões regularizadas da empresa, após o atestado da contratação, deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se providencie o pagamento.
- 8.7.** O pagamento será feito em parcela única, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada, no valor do documento fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis, sempre contados após o atestado do documento fiscal.
- 8.8.** Caso a contratada esteja inadimplente quanto à documentação habilitatória, conferida pela contratante para pagamento, estará sujeita à abertura de processo administrativo, visando regularizar a documentação sob pena de ser aplicada a sanção de advertência.
- 8.9.** A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor do documento fiscal correspondente, quando a contratada lhe der causa.
- 8.10.** O não atendimento às especificações do documento fiscal, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, darão causa às penalidades cabíveis.
- 8.11.** Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 8.12.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e mediante solicitação formal da interessada, fica estabelecido que os encargos moratórios (juros e correção monetária) devidos pelo TRE-PR entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:
- EM = Encargos Moratórios;
 - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 - VP = Valor da parcela em atraso;
 - I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 - $I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)
 - $I = (6/100)/365$.

9. REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/10/2023. Se decorrido um ano, os preços serão reajustados pela aplicação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

10. SANÇÕES

10.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.1. Conforme o disposto no inciso I do item 10.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

10.2.1.1. São condutas de natureza **LEVE**, passíveis de aplicação da sanção de advertência:

Relação de descumprimentos (ocorrência)	
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso no início das aulas;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo.

10.2.1.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção (natureza)	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e a base de incidência
MÉDIA	1.Atraso reiterado no início das aulas e/ou não cumprimento do cronograma proposto.	0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação
	2.Não entrega de documentos exigidos: certificado para os participantes em formato digital, lista de presença diária dos alunos e avaliação de reação, assim como a não disponibilização do material didático, do acesso às gravações das Masterclass, fórum de debate e interação com os professores, por 30 dias, e da alimentação.	3% (três por cento) sobre o valor total da contratação
GRAVE	1.Não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação
GRAVÍSSIMA	1.Paralisação ou abandono total da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação.	20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação
	2.Inadimplemento total do objeto contratado.	

10.2.1.3. Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, no caso de recusa no aceite da nota de empenho. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano.

10.2.1.4. Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- b)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- d)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

10.3. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

10.6. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.7. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8. A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Dúvidas referentes a esta contratação poderão ser sanadas com a Seção de Capacitação do TRE-PR, pelos telefones (41) 3330-8541 e (41) 3330-8856, ou pelo e-mail sca@tre-pr.jus.br, no horário das 12h00 às 19h00.